

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

|   |   |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>                  | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>     |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>             | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>            |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>               | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>                  |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>           | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>     |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>           |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>                | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>               |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>                   | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>                |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>                   | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>     | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>     |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>        | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>             |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>               | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>          |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>            | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>               |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>               | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>           |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>            | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>          |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>               | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>                |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>    | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>   |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>               | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>                |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>       |   |

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjcdcdh@mpms.mp.br](mailto:caopjcdcdh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4200/2018-PGJ, DE 10.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila 8 (oito) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2014 a 6 de janeiro de 2015, a serem usufruídos no período de 7 a 14.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4222/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4149/2018-PGJ, de 6.12.2018, que concedeu ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta: “nos períodos de 23.4 a 2.5.2018 e 6 a 13.8.2018”; passe a constar: “nos períodos de 6 a 13.8.2018 e 10 a 17.9.2018”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4232/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 4077/2018-PGJ, de 3.12.2018, na parte que estabeleceu o período de conversão do Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan, de forma que, onde consta: 12 a 22.6.2019; passe a constar: 12 a 21.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4060/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídos no período de 21 a 25.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4061/2018-PGJ, DE 30.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 30 e 31.1, 6, 7, 8 e 9.2.2016, a serem usufruídos nos dias 17 e 18.1.2019 e no período de 12 a 15.2.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4201/2018-PGJ, DE 10.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, a ser usufruído no dia 15.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4202/2018-PGJ, DE 10.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 25.9 a 2.10.2017, a serem usufruídos nos dias 28, 29, 30 e 31.1 e 1º.2.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4203/2018-PGJ, DE 10.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

| PROMOTORES DE JUSTIÇA              | PLANTÃO          | DIAS DE GOZO    |
|------------------------------------|------------------|-----------------|
| Aline Mendes Franco Lopes          | 16 e 17.2.2015   | 17 e 18.1.2019  |
| George Cassio Tiosso Abbud         | 30.6 e 1º.7.2018 | 10 e 11.1.2019  |
| Paulo Henrique Mendonca de Freitas | 3 e 4.2.2018     | 13 e 14.12.2018 |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4204/2018-PGJ, DE 10.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 3502/2018-PGJ, de 18.10.2018, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Renzo Siufi compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, referente ao dia 28.2.2016, que seria usufruída no dia 7.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4205/2018-PGJ, DE 10.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Emy Louise Souza de Almeida Albertini, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência da 3ª Vara de Família e Sucessões da referida Comarca, no dia 11.12.2018, referente à Ação de Alimentos nº 0007525-40.2011.8.12.0001.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4207/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as Varas dos Juizados Especiais da comarca de Campo Grande, constante do quadro a seguir, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 7.1.2019:

| PROMOTOR DE JUSTIÇA             | VARA DO JUIZADO                      |
|---------------------------------|--------------------------------------|
| Livia Carla Guadanhim Bariani   | 1ª Vara do Juizado Especial Central  |
| Fernando Jorge Manvailer Esgaib | 11ª Vara do Juizado Especial Central |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4208/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça de Campo Grande André Antônio Camargo Lorenzoni e Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos feitos relativos aos cumprimentos das cartas precatórias cíveis, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 23.1.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4209/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o artigo 1º da Lei Estadual nº 5.257, de 20 de setembro de 2018,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso, Matheus Carim Bucker, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de São Gabriel do Oeste, no período de 20 a 23.11.2018, em razão de licença da Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4210/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994:

| PROMOTORES DE JUSTIÇA    | PERÍODO INDEFERIDO | PROCESSO         |
|--------------------------|--------------------|------------------|
| Fabricia Barbosa Lima    | 2013/2018          | PGJ/10/3963/2018 |
| Ronaldo Vieira Francisco | 2013/2018          | PGJ/10/3498/2018 |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4216/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral, no período de 20 a 23.11.2018, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira; e tornar sem efeito, no referido período, a Portaria nº 3782/2018-PGJ, de 8.11.2018, na parte que designou a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4217/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, André Antônio Camargo Lorenzoni, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis da referida Comarca, no período de 17 a 19.12.2018, em razão de férias da titular, Emy Louise Souza de Almeida Albertini.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4221/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4187/2018-PGJ, de 7.12.2018, que concedeu à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta: “nos períodos de 15 a 22.1 e 5 a 12.3.2018”; passe a constar: “nos períodos de 15 a 22.1, 5 a 12.3 e 2 a 9.4.2018”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4223/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, na parte que estabeleceu o período de conversão da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa, de forma que, onde consta: 22 a 11.5.2019; passe a constar: 2 a 11.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4233/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

| PROMOTOR DE JUSTIÇA                   | PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO INDEFERIDO |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro | 2017/2018          | 30                 | 8.1 a 6.2.2019     |
| Daniel Higa de Oliveira               | 2017/2018          | 30                 | 7.1 a 5.2.2019     |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4211/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 98/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Jorge Antonio Arantes Vilela, Chefe da Divisão de Administração de Banco de Dados; 1.1) Suplente – Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia; 2) Fiscal Técnico – André Luiz Pasquali, Assessor Técnico em Informática; 2.1) Suplente – Bruno de Abreu Cáceres, Assessor Técnico em Redes; 3) Fiscal Administrativo - Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 3.1) Suplente - Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais (Processo PGJ/10/3609/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4218/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 97/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Jorge Antonio Arantes Vilela, Chefe da Divisão de Administração de Banco de Dados; 1.1) Suplente – Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia; 2) Fiscal Técnico – André Luiz Pasquali, Assessor Técnico em Informática; 2.1) Suplente – Bruno de Abreu Cáceres, Assessor Técnico em Redes; 3) Fiscal Administrativo - Marlon Eduardo D'Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 3.1) Suplente - Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais (Processo PGJ/10/3609/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4219/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 87/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: : 1) Gestor do Contrato – Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia; 1.1) Suplente – Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação; 2) Fiscal Técnico – Pierre Karlos Brito Kitizo, Analista/Informática/Suporte em Redes; 3) Fiscal Administrativo – Marina Nery Alves, Analista/Administração; 3.1) Suplente – Marlon Eduardo D'Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas (Processo PGJ/10/3034/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4228/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Declarar estabilidade aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo relacionados, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 11 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013 (Processo PGJ/10/1576/2014).

| SERVIDOR(A)                       | CARGO     | A PARTIR DE |
|-----------------------------------|-----------|-------------|
| ARIADINE GALASSI DA SILVA RIBEIRO | TÉCNICO I | 1º.12.2018  |
| ENRIQUE GONÇALVES DE SOUZA        | TÉCNICO I | 1º.12.2018  |
| RAIANE SANTOS ARTEMAN             | ANALISTA  | 1º.12.2018  |
| THIAGO SIMIOLI HOLSBACK           | TÉCNICO I | 3.12.2018   |
| WALESKA PINTO LUIZ                | TÉCNICO I | 1º.12.2018  |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4229/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a progressão funcional aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 13 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013.

| CARGO: ANALISTA - MPAN-101        |        | PROGRESSÃO FUNCIONAL |             |
|-----------------------------------|--------|----------------------|-------------|
| SERVIDOR(A)                       | CLASSE | PADRÃO               | A PARTIR DE |
| RAIANE SANTOS ARTEMAN             | C      | 2                    | 1º.12.2018  |
| CARGO: TÉCNICO I - MPTE-201       |        | PROGRESSÃO FUNCIONAL |             |
| SERVIDOR(A)                       | CLASSE | PADRÃO               | A PARTIR DE |
| ARIADINE GALASSI DA SILVA RIBEIRO | C      | 2                    | 1º.12.2018  |
| ENRIQUE GONÇALVES DE SOUZA        | C      | 2                    | 1º.12.2018  |
| THIAGO SIMIOLI HOLSBACK           | C      | 2                    | 3.12.2018   |
| WALESKA PINTO LUIZ                | C      | 2                    | 1º.12.2018  |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4230/2018-PGJ, DE 11.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, tendo em vista o disposto no artigo 258 da Lei nº 1.102/90, e diante das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão Sindicante,

**R E S O L V E :**

Prorrogar, por trinta dias, a partir de 14.12.2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante instaurada por intermédio da Portaria nº 3440/2018-PGJ, de 10.10.2018, publicada no DOMP nº 1.837, de 15.10.2018, para apurar os fatos constantes do Processo PGJ/10/3506/2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça



## CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## PORTARIA Nº 0014/2018/CGMP/MS

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em atendimento ao artigo 2º, IV, da Resolução nº 034/2016-PGJ, de 11.11.2016, que dispõe sobre o plantão da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

## RESOLVE:

Estabelecer a escala de plantão da Corregedoria-Geral do Ministério Público, integrada pelo Corregedor-Geral, Corregedor-Geral Substituto e Promotores de Justiça Assessores Especiais, **ininterruptamente aos sábados, domingos e feriados e, nos dias úteis, das 18h01 às 7h59**, referente ao primeiro semestre do ano de 2019, compreendendo os meses de janeiro a junho, conforme segue:

| PERÍODO DO PLANTÃO           | PLANTONISTA                             | TELEFONE   |
|------------------------------|---|------------|
| 07.01 (18h01) a 14.01 (7h59) | Marcos Antonio Martins Sottoriva        | 98478-2385 |
| 14.01 (18h01) a 21.01 (7h59) | Jiskia Sandri Trentin                   | 98478-2385 |
| 21.01 (18h01) a 28.01 (7h59) | Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos | 98478-2385 |
| 28.01 (18h01) a 04.02 (7h59) | Reynaldo Hilst Mattar                   | 98478-2385 |
| 04.02 (18h01) a 11.02 (7h59) | Antonio Siufi Neto                      | 98478-2385 |
| 11.02 (18h01) a 18.02 (7h59) | Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos | 98478-2385 |
| 18.02 (18h01) a 25.02 (7h59) | Jiskia Sandri Trentin                   | 98478-2385 |
| 25.02 (18h01) a 11.03 (7h59) | Reynaldo Hilst Mattar                   | 98478-2385 |
| 11.03 (18h01) a 18.03 (7h59) | Antonio Siufi Neto                      | 98478-2385 |
| 18.03 (18h01) a 25.03 (7h59) | Marcos Antonio Martins Sottoriva        | 98478-2385 |
| 25.03 (18h01) a 01.04 (7h59) | Jiskia Sandri Trentin                   | 98478-2385 |
| 01.04 (18h01) a 08.04 (7h59) | Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos | 98478-2385 |
| 08.04 (18h01) a 15.04 (7h59) | Reynaldo Hilst Mattar                   | 98478-2385 |
| 15.04 (18h01) a 22.04 (7h59) | Marcos Antonio Martins Sottoriva        | 98478-2385 |
| 22.04 (18h01) a 29.04 (7h59) | Antonio Siufi Neto                      | 98478-2385 |
| 29.04 (18h01) a 06.05 (7h59) | Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos | 98478-2385 |
| 06.05 (18h01) a 13.05 (7h59) | Jiskia Sandri Trentin                   | 98478-2385 |
| 13.05 (18h01) a 20.05 (7h59) | Reynaldo Hilst Mattar                   | 98478-2385 |
| 20.05 (18h01) a 27.05 (7h59) | Marcos Antonio Martins Sottoriva        | 98478-2385 |
| 27.05 (18h01) a 03.06 (7h59) | Antonio Siufi Neto                      | 98478-2385 |
| 03.06 (18h01) a 10.06 (7h59) | Jiskia Sandri Trentin                   | 98478-2385 |
| 10.06 (18h01) a 17.06 (7h59) | Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos | 98478-2385 |
| 17.06 (18h01) a 24.06 (7h59) | Reynaldo Hilst Mattar                   | 98478-2385 |
| 24.06 (18h01) a 01.07 (7h59) | Marcos Antonio Martins Sottoriva        | 98478-2385 |

Campo Grande (MS), 12 de dezembro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA  
Corregedor-Geral do Ministério Público

## ESCOLA SUPERIOR

**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 011/GED/2018**

**Extrato do Convênio nº 011/GED/2018** celebrado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Ajunto de Justiça Administrativo **Helton Fonseca Bernardes** e o **LEGALE CURSOS JURÍDIOS**, neste ato representado pelo Diretor Administrativo Edilson Maluf Junior.

**Processo:** PGJ/10/4537/2018.

**Objeto:** concessão de estágio obrigatório e não-obrigatório pelo Ministério Público Estadual aos estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência nos Cursos do LEGALE.

**Vigência:** 02 (dois) anos a partir da data da assinatura.

**Assinatura:** 1º de novembro de 2018.

**AVISO Nº 031/2018-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Presidente da Comissão do XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, **CONVOCA** os candidatos aprovados para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados nos itens 13 e 14, capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, no item 2 desse aviso.

**1.1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE CAMPO GRANDE**

**LOCAL:** Secretaria de Recursos Humanos - SERH, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo

**ADMINISTRAÇÃO - NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

| DATA       | HORÁRIO | CANDIDATO                     | POSIÇÃO |
|------------|---------|-------------------------------|---------|
| 19/12/2018 | 10h     | DANIELA AKEMI SATO            | 2º      |
| 19/12/2018 | 10h     | JOSÉ MIGUEL ROCABADO BEJARANO | 3º      |

**ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO  
TURNO MATUTINO**

| DATA       | HORÁRIO  | CANDIDATO                     | POSIÇÃO |
|------------|----------|-------------------------------|---------|
| 19/12/2018 | 10h30min | CÉSAR HENRIQUE BATISTA SABALA | 7º      |
| 19/12/2018 | 10h30min | JEAN CARLOS RAMOS DA SILVA    | 8º      |

**ENGENHARIA CIVIL – NÍVEL GRADUAÇÃO  
TURNO MATUTINO**

| DATA       | HORÁRIO  | CANDIDATO                  | POSIÇÃO |
|------------|----------|----------------------------|---------|
| 19/12/2018 | 10h30min | MARCOS MOTA MEDALHA JÚNIOR | 2º      |

**ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO  
TURNO VESPERTINO**

| DATA       | HORÁRIO | CANDIDATO         | POSIÇÃO |
|------------|---------|-------------------|---------|
| 19/12/2018 | 14h     | FELIPE GOULIOURAS | 7º      |

**ENGENHARIA ELÉTRICA – NÍVEL GRADUAÇÃO****TURNO VESPERTINO**

| DATA       | HORÁRIO | CANDIDATO                     | POSIÇÃO |
|------------|---------|-------------------------------|---------|
| 19/12/2018 | 14h     | GABRIEL FERNANDO FELIX SANTOS | 3º      |

**1.2. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE AMAMBAI**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Amambai, situado na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro – Amambai-MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

| DATA       | HORÁRIO | CANDIDATO                         | POSIÇÃO |
|------------|---------|-----------------------------------|---------|
| 19/12/2018 | 14h     | LUCAS VINICIUS ALMIRON DOS SANTOS | 1º      |
| 19/12/2018 | 14h     | ANA FLÁVIA FISTAROL FRANCO        | 2º      |
| 19/12/2018 | 14h     | CAROLINA DO AMARAL NASCIMENTO     | 3º      |

**1.3. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE JARDIM**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Jardim, situado na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, Jardim-MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

| DATA       | HORÁRIO | CANDIDATO                       | POSIÇÃO |
|------------|---------|---------------------------------|---------|
| 19/12/2018 | 14h     | MARIANA BORK CIPRIANO           | 2º      |
| 19/12/2018 | 14h     | SOMANG LUCAS PINHEIRO DE MORAIS | 3º      |

**1.4. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE MUNDO NOVO**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Mundo Novo, situado na Avenida São Paulo, 760, Berneck, Mundo Novo-MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

| DATA       | HORÁRIO | CANDIDATO                         | POSIÇÃO |
|------------|---------|-----------------------------------|---------|
| 19/12/2018 | 14h     | JÉSSICA MAYARA DA SILVA           | 1º      |
| 19/12/2018 | 14h     | RIAN CARLOS RANULFO KOCK DA SILVA | 2º      |

**1.5. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE PARANAÍBA**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Mundo Novo, situado na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

| DATA       | HORÁRIO | CANDIDATO                   | POSIÇÃO |
|------------|---------|-----------------------------|---------|
| 19/12/2018 | 14h     | JOÃO VITOR MENDES DE MORAIS | 3º      |

**1.6. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE SIDROLÂNDIA**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Sidrolândia, situado na Rua Espírito Santo, 1383, Centro, Sidrolândia-MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

| DATA       | HORÁRIO | CANDIDATO                  | POSIÇÃO |
|------------|---------|----------------------------|---------|
| 19/12/2018 | 14h     | NICOLY WELTER              | 1º      |
| 19/12/2018 | 14h     | FABIANO CHRISTAL DE ARRUDA | 2º      |

**1.7. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE TERENOS**

LOCAL: Promotoria de Justiça de Terenos, situado na Rua Pedro Celestino, Centro, Terenos-MS.

**ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO**

| DATA       | HORÁRIO | CANDIDATO                  | POSIÇÃO |
|------------|---------|----------------------------|---------|
| 19/12/2018 | 14h     | VINICIUS ARISTIMUNHA PINTO | 1º      |

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:**

Para admissão, os candidatos de Nível Superior/Pós-Graduação e Graduação e de Nível de Ensino Médio deverão apresentar os seguintes documentos:

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO  |
|------|--|
| 1    | Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;  |
| 2    | Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o <u>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</u> ;  |
| 3    | Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;   |
| 4    | Certidões criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; |
| 5    | Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;  |
| 6    | Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;   |
| 7    | Atestado de exame ABO-RH;  |
| 8    | Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil ( <u>exceto poupança</u> );   |
| 9    | 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;  |
| 10   | Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;   |
| 11   | Declaração de não participação em diretoria de Partido Político;   |
| *12  | Diploma em curso Nível Superior – Graduação;   |
| *13  | Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, em curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado.  |

(\*) Documentos específicos para estagiários de nível de pós-graduação.

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no Edital nº 001/2018-GED, no capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br).

Campo Grande, 12 de dezembro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA  
Procurador de Justiça  
Presidente da Comissão

## SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

## EDITAL Nº 006/2018/PJ DOIS IRMÃOS DO BURITI

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009,

• **CONVOCA** o candidato abaixo listado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Dois Irmãos do Buriti, homologado em 31 de janeiro de 2018, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste:

| NOME DO CANDIDATO                 | CLASSIFICAÇÃO |
|-----------------------------------|---------------|
| Jennifer Mayara Silva de Siqueira | 5º            |

• **INDEFERE** a admissão como estagiário dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no referido Processo Seletivo, por não poderem cumprir o prazo mínimo de estágio, conforme prevê o art. 4º da Resolução nº 015/2010-PGJ, e o item I – Das Informações Gerais – item 6 do Edital nº 001/2017/Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti, de 07 de novembro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1620, de 08 de novembro de 2017:

| NOME DO CANDIDATO                 | CLASSIFICAÇÃO |
|-----------------------------------|---------------|
| Sabrina da Costa Garcia           | 2º            |
| Yasmin Gabrielle Mariano da Silva | 3º            |
| Jane Carla da Silva Venites       | 4º            |

Dois Irmãos do Buriti – MS, 10 de dezembro de 2018.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES  
Promotor de Justiça em substituição legal

## ANEXO ÚNICO

## RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

|    |   |
|----|---|
| 1  | Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;   |
| 2  | Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;       |
| 3  | Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;  |
| 4  | Certidão de inexistência de antecedentes criminais;   |
| 5  | Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); |
| 6  | Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;  |
| 7  | Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;   |
| 8  | Atestado de exame ABO-RH;   |
| 9  | 2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;  |
| 10 | Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.   |

**EDITAL Nº 010/2018/PJ BATAYPORÃ**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul torna pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul da na comarca de Batayporã, aberto através do Edital n.º 001/2017/PJ de Batayporã, publicado no DOMP 1606, pag. 34-39, de 17/10/2017, para manifestação de interesse no exercício do estágio nível de ensino médio na Comarca de Nova Andradina, considerando a inexistência de concurso vigente na Promotoria de Justiça de Nova Andradina, a existência de cadastro de reserva no Processo Seletivo de Batayporã, a proximidade das cidades e a concordância expressa dos titulares das promotorias de Justiça de ambas as Comarcas, manifestada através do Ofício 0165/2018/03PJ/NDI de 22/11/2018.

Os candidatos aprovados no Processo Seletivo de Batayporã acima referenciado, deverão manifestar-se impreterivelmente no prazo de 2 (dois) dias úteis sobre o interesse em assumir as vagas em disponibilidade nas Promotorias de Justiça de Nova Andradina - MS, através da Manifestação de Interesse de Estágio a ser enviado no endereço eletrônico: 2pjnovaandradina@mpms.mp.br. Os candidatos que fizerem a opção renunciam às vagas oferecidas na Promotoria de Justiça de Batayporã. O presente Processo Seletivo terá seu término no dia 15/01/2019. As vagas oferecidas no momento para as Promotorias de Justiça de Nova Andradina são as seguintes:

| QUADRO DE VAGAS – ESTÁGIO DE NÍVEL MÉDIO<br>PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA |            |                   |
|--|------------|-------------------|
| COMARCA  | PERÍODO    | VAGAS DISPONÍVEIS |
| Nova Andradina   | Matutino   | 1                 |
| Nova Andradina   | Vespertino | 2                 |

**CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE BATAYPORÃ, com opção para NOVA ANDRADINA**

| NOME DO(A) CANDIDATO(A)                | CLASSIFICAÇÃO |
|--|---------------|
| Milena Wruck Matos                     | 5º            |
| Antonio Cesar Pinheiro Medeiros Junior | 6º            |
| Maria Eduarda Gomes de Andreta         | 7º            |
| Vinicius de Paula dos Santos           | 9º            |
| Breno Lucas de Souza Silva             | 10º           |
| Mariany Santiago Salles de Camargo     | 11º           |
| Milena Masculi Pokrywicki              | 12º           |
| Gustavo Paião Maram                    | 13º           |
| Ana Flávia Gimenés Carvalho Oliveira   | 14º           |
| Camila Vitória Ventura Queiroz         | 15º           |

Nova Andradina/MS, 11 de dezembro de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

1ª Promotoria de Justiça

PAULO LEONARDO DE FARIA

2ª Promotoria de Justiça

FABRÍCIO SECAFEN MINGATI

3ª Promotoria de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/3609/2018.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **L3 INFORMÁTICA LTDA.-EPP**, representada por **Lucas Ribeiro Lopes**.

Procedimento Licitatório: **Pregão Presencial nº 42/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Fornecimento de 5 (cinco) licenças perpétuas de softwares EMS SQL Management Studio PostgreSQL (business), com garantia, atualização e suporte pelo período de 3 (três) anos.

Valor total da contratação: R\$ 19.000,00 (dezenove mil), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000162, de 29.11.2018.

Vigência: 03.12.2018 a 03.12.2021.

Data de assinatura: 3 de dezembro de 2018.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 86/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/1253/2018.

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2 – **PIERRE ADRI**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 14/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 60, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Corrigir a redação do item 1.2 da Cláusula Primeira, por erro material, que passará a vigorar da seguinte forma: (...) 1.2. Os serviços a serem prestados deverão atender às especificações descritas neste contrato, na Relação Inicial de Bens Disponíveis para Leilão (anexo II) e na Proposta Detalhe (anexo III) (...).

Vigência: 11.12.2018 a 17.10.2019.

Data de assinatura: 11 de dezembro de 2018.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/PGJ/2017.**

Processo PGJ/10/4214/2017.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2 – **BANCO DO BRASIL S.A.**, representado por seu Gerente Geral, **Senhor Wladimir Nunes dos Santos**.

Procedimento licitatório: Dispensada - inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: A prorrogação do prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, para prestação de serviços relativos à emissão e administração de cartão de pagamento para aquisições de bens e serviços, sem a emissão de tarifa bancária.

Vigência: 02.01.2019 até 02.01.2020.

Data de assinatura: 7 de dezembro de 2018.



**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE006171 DE 10.12.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4508/2018.**

Credor: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 30/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 10/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de Pen Drive - 16 GB: Dispositivo de armazenamento tipo chaveiro, Memory Key com capacidade de armazenamento de 16 GB, LED indicador de funcionamento e uso, compatível com PC e MAC, compatível com Plug & Play, embalado. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Kingston, Sony, Sandisk ou HP. Marca: SANDISK, (item 22); Pen Drive - 32 GB: Dispositivo de armazenamento tipo chaveiro, Memory Key com capacidade de armazenamento de 32 GB, LED indicador de funcionamento e uso, compatível com PC e MAC, compatível com Plug & Play, embalado. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Kingston, Sony, Sandisk ou HP. Marca: SANDISK, (item 23) e Pen Drive - 64 GB: Dispositivo de armazenamento tipo chaveiro, Memory Key com capacidade de armazenamento de 64 GB, LED indicador de funcionamento e uso, compatível com PC e MAC, compatível com Plug & Play, embalado. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Kingston, Sony, Sandisk ou HP. Marca: SANDISK, (item 24). Valor: R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE006171 de 10.12.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000178 DE 11.12.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4391/2018.**

Credor: VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Adesão à Ata de Registro de Preços 10/2018-CJF decorrente do Pregão Eletrônico 11/2018-CJF (Processo CJF-ADM-2018/00183) do Conselho da Justiça Federal.**

Objeto: Aquisição de equipamentos detectores de metais, tipo pórtico, e treinamento para servidores.

Valor: R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000178 de 11.12.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0045/2018/32PJ/CGR - RETIFICAÇÃO**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2018.00002909-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande e Secretaria de Estado de Saúde.

Assunto: Aumentar o número de leitos psiquiátricos em hospitais públicos e conveniados ao SUS no Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 11 de dezembro de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**MUNDO NOVO**

---

**EDITAL N.º 0019/2018/01PJ/MUV**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00003430-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Procedimento Preparatório N.º 06.2018.00003430-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município Mundo Novo.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação, pelo Município de Mundo Novo, de serviços de locação de caminhões (contratos n. 151/2018, n. 188/2018, n. 189/2018 e n. 190/2018).

Mundo Novo/MS, 11 de dezembro de 2018.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 0020/2018/01PJ/MUV**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00003439-3, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00003439-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Japorã.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Secretária de Esportes, Juventude e Lazer de Japorã-MS, em especial quanto ao controle de frequência dos servidores.

Mundo Novo/MS, 11 de dezembro de 2018.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

---

**NAVIRAÍ**

---

**EDITAL N.º 0023/2018/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003490-5

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de danos ao erário público, a partir do pagamento por serviços supostamente não prestados, através do contrato administrativo n 021/2017 da Câmara Municipal de Vereadores de Naviraí/MS

Naviraí, 11 de dezembro de 2018

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

---

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL Nº 0203/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00003137-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003137-4

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): GGF Veículos e Lava Rápido Eireli e Luiz do Amaral

Assunto: apurar a observância pelo estabelecimento Lava Jato Fama à legislação ambiental, bem como investigar possível degradação de área de permanente próximo ao local de seu funcionamento - IC 03/2015

Ponta Porã/MS, 10 de dezembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0204/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003548-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003548-1

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Kalil Mohamed Hazime Júnior e Kamil Kalil Hazime

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial objetivando regularizar a inscrição da propriedade rural denominada Fazenda Fortuna no Cadastro Ambiental Rural, bem como recuperar e compensar os danos ambientais ocorridos em referido imóvel

Ponta Porã/MS, 10 de dezembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0205/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003551-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003551-5

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Celso Zachert

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial objetivando regularizar a inscrição da propriedade rural denominada Fazenda Cabeceira do Apa no Cadastro Ambiental Rural, bem como recuperar e compensar os danos ambientais ocorridos em referido imóvel

Ponta Porã/MS, 10 de dezembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0206/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003568-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003568-1

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Antônio João

Assunto: regularizar as ilegalidades verificadas no decorrer das investigações no IC 06.2017.00000605-0, com relação à contratação temporária de servidores, provimentos de cargos em comissão e funções gratificadas, ausência de sistema de controle de jornada de trabalho eficiente, ausência de órgão que exerça controle interno no município e Procuradoria-Geral no Município com a devida estrutura, bem como ausência de integração do município ao Sistema Nacional de Trânsito

Ponta Porã/MS, 11 de dezembro de 2018

**GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0207/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00003161-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003161-9

Requerentes: Ministério Público Estadual e Rosemir de Oliveira

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a lisura e transparência na execução financeira do Convênio firmado entre o Município de Ponta Porã, Município de Pedro Juan Caballero na República do Paraguai, Asociación por La Paz e El Desarrollo e Diputación de Málaga, República da Espanha e o Contrato de subvenção de ajudas exteriores firmado entre as mesmas partes e a Comunidade Europeia visando a reurbanização do espaço comum entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, bem como apurar os critérios utilizados pelo Município de Ponta Porã para proceder à permissão de uso de boxes comerciais nas edificações públicas construídas como resultado de reurbanização alcançada - IC 11/PPS/2013

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 11/PPS/2013 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 11 de dezembro de 2018

**GISLEINE DAL BÓ**

Promotora de Justiça - Em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0208/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003665-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003665-8

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: acompanhar o cumprimento do Termo de Acordo Extrajudicial que regulariza as ilegalidades de contratação temporária de servidores, provimento de cargos em comissão e funções gratificadas, ausência de sistema de controle de jornada de trabalho eficiente, ausência de órgão que exerça controle interno no município e necessidade de organização da estrutura administrativa de cada secretaria municipal, especialmente na área de saúde, educação e assistência social

Ponta Porã/MS, 11 de dezembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0209/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003855-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003855-6

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Município de Aral Moreira

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial relativo à recuperação da nascente do Córrego Mario Rosa no município de Aral Moreira/MS.

Ponta Porã/MS, 11 de dezembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0210/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003944-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003944-4

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Edvirgens Coelho Derzi

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial objetivando regularizar a inscrição da propriedade rural denominada Fazenda Dois de Ouro no Cadastro Ambiental Rural, bem como recuperar e compensar os danos ambientais ocorridos em referido imóvel

Ponta Porã/MS, 11 de dezembro de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

**DEODÁPOLIS**

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2018**

*Disciplina as atividades a serem desempenhadas pelo Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS quanto à elaboração e execução de atos de administração, comunicação e mero expediente sem caráter requerisatório ou decisório.*

O Promotor de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, Dr. Anthony Állison Brandão Santos, no exercício de suas atribuições e,

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS faz uso regular do Sistema SAJ-MP, o qual confere maior eficiência, controle e celeridade ao trâmite dos procedimentos judiciais e extrajudiciais sob responsabilidade do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o art. 1º, parágrafo único, da Resolução 14/2017-CPJ, que regulamenta a tramitação dos procedimentos judiciais e extrajudiciais eletrônicos do âmbito do MPMS, prevê a aplicação da referida norma aos inquéritos civis, procedimentos preparatórios, procedimentos de investigação criminal, procedimentos administrativos, notícias de fato e demais procedimentos extrajudiciais em tramitação no âmbito do Ministério Público, aos processos judiciais em que oficia o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, bem como aos registros de protocolo e de atendimento ao público;

CONSIDERANDO que o art. 19 da Resolução 14/2017-CPJ confere atribuição ao Apoio Administrativo das Promotorias de Justiça para alguns atos ordinatórios, sem necessidade de determinação específica;

CONSIDERANDO que a delegação da prática dos atos meramente ordinatórios aos órgãos de apoio administrativo, nos procedimentos internos da Promotoria de Justiça, é medida salutar para gestão interna e significa economia de tempo para o Órgão de Execução;

CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional nº 45/2004, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, inseriu, em seu art. 93, XIV, que os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório e, da mesma forma, o art. 129, IX, § 4º, também do texto constitucional, dispõe que as diretrizes mencionadas no dispositivo constitucional anteriormente mencionado aplicam-se ao Ministério Público, no que couber;

CONSIDERANDO que, consoante o art. 203, § 4º, do Código de Processo Civil, “*Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário*”;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 21 da Resolução 15/2007-PGJ, “*o presidente poderá expedir portaria interna em que constem os atos de mero expediente que o Oficial de Promotoria realizará independentemente de determinação expressa*”;

CONSIDERANDO que há, portanto, norma interna que autoriza os Órgãos de Execução a delegar aos Órgãos de Apoio Administrativo a prática de atos meramente ordinatórios nos procedimentos de responsabilidade do Ministério Público, o que está em harmonia com os preceitos constitucionais e infraconstitucionais vigentes;

CONSIDERANDO que o art. 1º, "e", da Resolução 2/2001-PGJ, disciplinador da denominação dos atos expedidos pelos órgãos do Ministério Público, prevê que “os atos da administração do Ministério Público deverão obedecer à seguinte classificação: [...] e) Ordem de Serviço, o ato praticado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos demais órgãos de administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e auxiliares (Centros de Apoio, Comissão de Concurso, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e órgãos de apoio administrativo), quando dirigido a funcionários do quadro de serviços auxiliares, com a finalidade de determinar serviços específicos ou criar normas gerais

de caráter interno, prescrevendo o modo de atuação dos subordinados em relação a determinado serviço, respeitadas as resoluções dos órgãos de Administração Superior; (grifo nosso);

CONSIDERANDO que aplicam-se, por analogia, à presente matéria, os arts. 152, I, e 250, VI, do Código de Processo Civil, os quais autorizam, no âmbito do processo judicial, o escrivão ou o chefe de secretaria a firmar alguns atos de comunicação do Poder Judiciário, tendo em vista que a desburocratização, com a retirada do Órgão de Execução da prática de atos de mero expediente, permite economia de tempo para a análise de questões fáticas e jurídicas mais relevantes para a preservação do interesse público e de decisões próprias do Órgão de Execução, permitindo que o cartório/secrateria redija, expeça, assine e cumpra os atos de mera comunicação às partes e, ainda, as solicitações por ordem expressa do Promotor de Justiça, desde de que não possuam caráter requisitório ou decisório;

## RESOLVE:

### Capítulo 1

#### DO RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

Art. 1º O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, constituído pelo Assessor Jurídico e pelo Técnico I, receberá todos os documentos a ela destinados pelos seguintes meios:

- I - físico/presencial;
- II - postal;
- III – correspondência eletrônica<sup>1</sup>;
- IV - remessa de protocolo unificado no sistema SAJ/MP.

Parágrafo único – Todo documento dirigido à Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, independentemente da forma de recebimento, deverá ser cadastrado como protocolo unificado no sistema SAJ/MP.

Art. 2º Ao Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS incumbe:

I - receber, digitalizar e cadastrar, conforme taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, todos os documentos endereçados à Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, alimentando, organizando e mantendo o respectivo arquivo digital;

II – os documentos recebidos em resposta a requisições, solicitações ou pedidos de providência determinados pela Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS serão identificados através de termo próprio e imediatamente juntados nos respectivos procedimentos;

III – os documentos recebidos, porém não vinculados a requisições, solicitações ou pedidos de providência determinados pela Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, serão identificados através de termo próprio e movidos ao subfluxo “Ag. Análise do Membro” do fluxo denominado “Protocolo Unificado” do sistema SAJ/MP, para emissão de despacho pelo Promotor de Justiça;

Parágrafo primeiro - O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, após cadastrar os convites no protocolo unificado, registrará o compromisso na agenda institucional da Promotoria de Justiça, procedendo-se com o arquivamento imediato do protocolo unificado.

Parágrafo segundo - As comunicações de prisão em flagrante, após a juntada da manifestação judicial respectiva, serão imediatamente arquivadas pelo Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS.

Parágrafo terceiro – O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS deverá alertar o Promotor de Justiça sempre que a manifestação judicial referente à comunicação de prisão em flagrante recebida não for disponibilizada dentro do prazo de 24 horas.

### Capítulo 2

#### DO REGISTRO DE ATENDIMENTO

Art. 3º Ao Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS incumbe registrar, alimentar com todos os dados do atendimento, movimentar e acompanhar os registros de atendimento que, obrigatoriamente, deverão ser feitos pelo sistema informatizado SAJ/MP, observado o disposto no art. 33 da Resolução nº 14/2017/CPJ.

### Capítulo 3

#### DOS ATOS DE MERO EXPEDIENTE

<sup>1</sup> pjdeodapolis@mpms.mp.br

Art. 4º O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, com fulcro no presente instrumento de delegação, redigirá, expedirá e assinará ofícios, certidões, termos de juntada, relatórios e demais expedientes necessários ao fiel cumprimento dos despachos do Promotor de Justiça, sendo vedada a assinatura de requisições, notificações e expedientes direcionados à Administração Superior do MP e às autoridades elencadas no art. 22, § 3º, da Resolução nº 15/2007.

#### Capítulo 4

#### DA CONCLUSÃO DE DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

Art. 5º O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS fará conclusão dos procedimentos extrajudiciais no sub-fluxo “Ag. Análise do Promotor de Justiça”, nas hipóteses de:

- I – juntada de novos documentos;
- II – determinação específica para tanto;
- III – transcurso do prazo de resposta e cumprimento de ofícios, diligências, notificações, ordens de serviço ou qualquer outra providência determinada pelo Promotor de Justiça;
- IV – agendamento do comparecimento de pessoas, certificando-se a hipótese de não comparecimento;
- V – finalização de documentos, a exemplo de ofícios, notificações, minutas, dentre outros, em atendimento à determinação ou despacho para assinatura do Promotor de Justiça;

Parágrafo primeiro - A fila "Ag. Cumprimento" é destinada ao cumprimento, pelo Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, das determinações do Promotor de Justiça.

Parágrafo segundo - O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS apenas poderá mover o procedimento extrajudicial para a fila pertinente, após conferir se houve integral cumprimento dos despachos dos autos ou providências faltantes.

#### Capítulo 5

#### DO LIVRO DE REGISTRO DE ATENDIMENTO DO PLANTÃO

Art. 6º O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS ficará responsável pela guarda, administração e anotações no livro físico de registro de atendimento em plantão.

Parágrafo único - No primeiro dia útil subsequente ao plantão realizado pelo Promotor de Justiça, o Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, após proceder às devidas anotações, comunicará as Promotorias de Justiça da região do plantão, encaminhando a cada Órgão de Execução cópia das manifestações realizadas no plantão, conforme determinado na resolução e demais regulamentos ministeriais afetos ao plantão.

#### Capítulo 6

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Esta Ordem de Serviço passará a produzir seus efeitos a partir de sua publicação no DOMPMS, devendo uma cópia ser fixada no quadro de avisos da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS e outras duas serem encaminhadas ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para conhecimento.

Deodápolis/MS, 11 de dezembro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

---

**PEDRO GOMES**

---

**AUTOS DE INQUÉRITO CIVIL Nº. 0004/2018/PJ/PDG**

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Pedro Gomes/MS

**RECOMENDAÇÃO**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, *caput*, da Constituição Federal; art. 27, parágrafo único, Inciso IV da Lei Federal nº 8.625 de 12/02/93; art. 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94; e art. 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, ressalvados os casos especificados na própria Constituição, *“a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”*; (art. 37, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que os cargos comissionados, segundo previsão constitucional, *“destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.”* (art. 37, V, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil n. 06.2016.00001543-3, em trâmite na Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, que tem como objeto *“Apuração a contratação de servidores pela Câmara Municipal de Pedro Gomes/MS sem a realização de concurso público para tanto.”*;

CONSIDERANDO que os documentos que instruem o inquérito civil em comento demonstram que a Câmara Municipal de Pedro Gomes mantém contratado de forma precária o servidor Normando Mota desde 2013 (fl.88), para a Função de Contador, a título de comissionado, quando a função de contador não se enquadra em nenhuma das hipóteses constitucionais retromencionadas, quais sejam, direção, chefia e assessoramento, tendo-se por certo que função de confiança também não é, haja vista que, conforme o próprio texto constitucional, tal modalidade de função destina-se exclusivamente a servidores efetivos;

CONSIDERANDO que restou informado nos autos que a Câmara Municipal de Pedro Gomes, além da contratação direta de Normando Mota na função de Contador e nomeação de Celi Mendonça de Oliveira para o cargo de Diretora de Departamento de Contabilidade, mantém contrato com empresa de assessoria contábil – KMD Assessoria Contábil e Planejamento a Municípios EIRELI ME por um preço atual de R\$ 201.600,00 (duzentos e um mil e seiscentos reais);

CONSIDERANDO, por fim, que os serviços de contabilidade não figuram entre os serviços de natureza finalística da Câmara Municipal, ou seja, trata-se de atividade-meio, o que impõe a contratação dos servidores mediante aprovação em concurso público, bem como, que a adequada estruturação do departamento interno de contabilidade torna desnecessária a contratação de empresa privada por alto custo, o que fere o princípio da economicidade na administração pública, notadamente porque atualmente a Casa de Leis do Município de Pedro Gomes mantém dois servidores internos para o setor de contabilidade e ainda mantém contrato com empresa privada para a realização dos serviços destinados ao mesmo setor;



RESOLVE, com fundamento no artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.0625, de 12 de fevereiro de 1993, artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94, artigo 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07 e artigo 4º, inciso IX, da Resolução 20/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, visando à adequação dos atos praticados pela Câmara Municipal do Município de Pedro Gomes/MS aos ditames constitucionais e legais, RECOMENDAR:

À Câmara Municipal de Pedro Gomes/MS, na pessoa do Exmo. Senhor Presidente Sandoval Alves de Oliveira:

- a) que promova a realização de concurso público para preenchimento dos cargos internos da Casa de Leis por servidores efetivos;
- b) que promova a imediata rescisão do contrato de Normando Mota, vez que em desacordo com as normas constitucionais; e
- c) que se abstenha de prorrogar o contrato com a empresa KMD Assessoria Contábil e Planejamento a Municípios EIRELI ME, com vistas ao preenchimento dos cargos necessários ao setor de contabilidade por servidores efetivos, de modo a providenciar a extinção do presente contrato.

Por fim, nos termos do art. 45, caput e parágrafo único, da Resolução n. 015/2007/PGJ, aguarda-se o prazo de 30 (trinta) dias para que o recomendado responda, por escrito, a este expediente, devendo providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação em todos os meios de comunicação disponíveis, sem prejuízo da publicação que será providenciada pelo próprio Ministério Público Estadual.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Pedro Gomes/MS, 20 de novembro de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR  
Promotor de Justiça

## RIO NEGRO

### RECOMENDAÇÃO N.º 01/2018

INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2018.00003401-6

Excelentíssima Senhora Prefeita de Corguinho, Marcela Ribeiro Lopes,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo Órgão de Execução que esta subscreve, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, “*caput*” e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “*caput*”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, “*caput*”, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, nos termos da lei, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no artigo 1º da Lei n.º 8.429/92;

CONSIDERANDO que nos termos da lei, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, porventura verificado;

CONSIDERANDO que a regra constitucional do concurso público (artigo 37, inciso II, da Constituição Federal) é pautada pelos princípios da igualdade (“*pelo qual se permite que todos os interessados em ingressar no serviço público disputem a vaga em condições idênticas para todos*”), moralidade administrativa (“*indicativo de que o concurso veda favorecimentos e perseguições pessoais, bem como situações de nepotismo, em ordem a demonstrar que o real escopo da Administração é o de selecionar os melhores candidatos*”) e competição (“*que significa que os candidatos participam de um certame, procurando alçar-se a classificação que os coloque em condições de ingressar no serviço público*”)<sup>2</sup>;

CONSIDERANDO que há concurso público em andamento no Município de Corguinho para o preenchimento de 105 (cento e cinco) cargos (ampla concorrência e cadastro de reserva) nas mais diversas áreas, cujas provas serão aplicadas no dia 16 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO que o concurso público será realizado pela empresa Vale Consultoria e Assessoria Ltda. - ME e que circula no município a informação de possível fraude para beneficiar candidatos, inclusive, a Ouvidoria do Ministério Público encaminhou manifestação anônima protocolada no órgão em que apontados os nomes de algumas pessoas, possíveis beneficiários;

CONSIDERANDO que a empresa Vale Consultoria e Assessoria Ltda. - ME está sendo investigada em diversas comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul, com ampla repercussão na imprensa, sob a suspeita de envolvimento em crimes de fraude à licitação, corrupção e associação criminosa, bem como que há decisões judiciais suspendendo concursos públicos por ela realizados ou em que tenha participado da licitação promovida para contratar empresa responsável pelo certame;

CONSIDERANDO que, nessa linha, em virtude de Recomendação do Ministério Público Estadual, por intermédio da Promotoria de Justiça de Batayporã, na qual se consignou que “*foram constatados elementos concretos do direcionamento da licitação para contratação da empresa Vale, responsável pela aplicação das provas*”, a Prefeitura de Taquarussu suspendeu concurso público que estava em estágio avançado (Decreto n.º 134/2018);

CONSIDERANDO que há suspeita de direcionamento de licitação no tocante ao certame do Município de Corguinho, possivelmente com utilização do mesmo “*modus operandi*” empregado no Município de Taquarussu, o que demanda aprofundamento das investigações e indica ser temerário não suspender o concurso em andamento naquele município;

CONSIDERANDO que o concurso público do Município de Corguinho teve baixa divulgação e que o prazo de inscrição previsto no edital foi de apenas 17 (dezessete) dias (29 de outubro a 14 de novembro), o que, aliado à falta de publicidade de parte dos documentos da licitação promovida para contratar a empresa responsável pelo certame (tanto que em não sendo encontrados no Portal da Transparência do município, houve a necessidade de requisição ao ente público de cópia integral da Carta Convite n.º 005/2018), investigação da empresa em outras comarcas e notícias no município de possível fraude para beneficiar candidatos, torna duvidosa a lisura do certame;

CONSIDERANDO que não obstante a inscrição de 928 (novecentos e vinte e oito) candidatos no concurso, o exíguo prazo para inscrição, somado a falta de ampla publicidade, certamente restringiu a concorrência, em prejuízo ao interesse público;

<sup>2</sup> JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO. *Manual de Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 634.

CONSIDERANDO que a Lei n.º 11.350/2006 dispõe sobre as atividades e requisitos para investidura nos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, exigindo para ambos "*ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas*", "*ter concluído ensino médio*" e, para o primeiro, "*residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público*" (artigos 6º e 7º);

CONSIDERANDO que quanto a tais cargos o edital é silente acerca de curso de formação inicial (ou seja, não o prevê), dispõe, como requisito mínimo, ensino fundamental para Agente Comunitário de Saúde e nada menciona acerca da necessidade de residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital, anotando-se que são previstos como locais de lotação, além da sede do município, o Distrito do Taboco e a Comunidade Quilombola/Boa Sorte;

CONSIDERANDO que tais irregularidades acarretam prejuízo aos candidatos e podem dar azo, até mesmo, a nulidade do certame,

Resolve, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul e artigo 15 da Resolução n.º 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR à Excelentíssima Senhora Prefeita de Corguinho que:

- Suspenda o Concurso Público de Provas n.º 01/2018 do Município de Corguinho, pelo prazo de 90 (noventa dias), concedendo-lhe o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que sejam prestadas informações sobre o acatamento (ou não) da presente Recomendação e das providências adotadas.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da Recomendação:

- Ao Presidente da Câmara de Vereadores de Corguinho, para fins de conhecimento;
- Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, via SAJ/MP, para fins de conhecimento;
- A Comissão do Concurso Público n.º 01/2018, do Município de Corguinho.

Deixo de realizar a comunicação sobre a expedição desta recomendação ao CAO respectivo, bem como à Corregedoria-Geral do Ministério Pública, uma vez que desnecessário, de acordo com o artigo 57, inciso VI, da Resolução n.º 14/2017/PGJ.

Outrossim, determino a remessa de cópia para fins de publicação da Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público - DOMP.

Esta Recomendação dá ciência e constitui em mora a destinatária quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas o manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra aqueles que se mantiverem inertes.

Concedo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, razoável ante a proximidade da data de aplicação das provas do concurso, para que o Município de Corguinho, por intermédio da Prefeita, informe por escrito a Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da Recomendação, bem como eventuais medidas adotadas, nos termos do artigo 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ.

Além disso, nos termos do parágrafo único do mesmo dispositivo, fica ciente de que lhe é requisitada a divulgação adequada e imediata desta Recomendação, que deve ser exposta em local acessível e de fácil visualização no átrio da Prefeitura de Corguinho, bem como publicada no Diário Oficial do Município.

Rio Negro, 11 de dezembro de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS  
Promotor de Justiça